

# A estratégia do possível

Brasil

## A APOSTA DO NOVO GOVERNO É CRIAR CONDIÇÕES PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA

ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN

**E**ntre a incerteza do novo e risco do velho, o governo optou pela continuidade da política macroeconômica. No contexto em que assumiu, marcadão pela mudança de discurso econômico e desconfiança do mercado quanto à sinceridade dos compromissos assumidos, prevaleceu a percepção de que novidades elevariam o nível de incerteza e poderiam desencadear reações de difícil controle e graves consequências. Adotou-se a estratégia do possível, que, na falta de alternativa viável, é sempre a melhor. Trata-se, sem dúvida, de um desvio de rota em relação às propostas simplistas de desenvolvimento do velho PT, que desconheciam condicionantes básicas do funcionamento da economia. Embora a linha reta seja a menor distância entre dois pontos, nem sempre é o melhor caminho. A estratégia adotada tem mais chances de levar o País ao desenvolvimento que o caminho desenhado a partir da visão anterior do PT.

A aposta da política econômica é criar e consolidar, aos poucos, condições macroeconômicas propícias para pôr a economia brasileira em trajetória de crescimento, fundamental para realizar as mudanças prometidas, criar empregos, elevar e distribuir a renda, reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar da população. Trata-se de aposta consistente e arriscada, cujo sucesso depende, de imediato, do desempenho externo, das reformas estruturais e da política social. No primeiro round, algumas medidas – elevação da taxa de juros e da meta de superávit fiscal – demonstram maturidade, dissipam dúvidas quanto à opção adotada e eliminam o risco de experimentações voluntaristas e

ou dogmáticas que tantos danos já causaram ao País.

O desempenho do setor externo é crucial para reduzir a vulnerabilidade financeira do Brasil, atrair novos investimentos e reativar a economia. Há consenso de que um novo ciclo longo de crescimento será baseado na expansão da capacidade de exportação e na substituição competitiva de importações. Os indicadores são positivos. As exportações e o superávit comercial crescem; a taxa de câmbio, que chegou a atingir R\$ 3,8 por dólar, flutuou em janeiro entre R\$ 3,40 e R\$ 3,50, em níveis compatíveis com o estímulo ao setor externo, redução da pressão inflacionária e sustentabilidade das contas públicas. Os grandes bancos anunciaram a recomposição do crédito ao Brasil, cujo corte em 2002 pôs a economia de joelhos e a teria levado à inadimplência, não fosse o FMI.

A guerra com o Iraque compromete a estratégia de mudança gradual da política econômica: a elevação do petróleo e do câmbio estimulariam uma inflação que se mostra mais renitente à queda do que inicialmente previsto; o risco afugentaria capitais e elevaria o câmbio; o efeito do esforço fiscal sobre a dívida pública seria anulado pela desvalorização do real e elevação dos juros, inevitável para conter as novas pressões inflacionárias e a elevação do risco Brasil. O “estrago” dependeria do tempo da guerra e das reações internas ao aperto ainda maior da política monetária e fiscal.

As reformas estruturais – a fiscal e da Previdência e, em menor medida, a da legislação trabalhis-

ta – são fundamentais tanto para reduzir o desequilíbrio financeiro do setor público, que está no cerne dos problemas que vêm travando a economia brasileira, como para criar um ambiente microeconômico favorável aos investimentos e geração de empregos. Há uma percepção clara de que se esgotou o efeito positivo das reformas parciais da gestão anterior e que completá-las é condição sine qua non para o desenvolvimento do País. O trunfo e as dificuldades nesta frente são de natureza política: o governo tomou a decisão e tem lastro político para aprovar as reformas. Ainda assim não é trivial realizá-las; implica definir, de maneira inequívoca, perdedores e ganhadores,

contrapõem “perdas” certas à promessa de ganhos futuros. Os “perdedores” são mais organizados e não abrem mão do seu quinhão, mesmo nos casos, co-

mo o de aposentadorias muito especiais, em que a legalidade do direito adquirido não se assenta na ética. Os “beneficiários” nem sequer têm consciência clara das vantagens que receberiam e não exercem contraponto político eficaz às reações contrárias.

Não se pode esquecer que a essência das reformas é contrária ao pensamento tradicional do PT, que por essa razão a elas se opôs em passado recente. A decisão de realizá-las revela a evolução do partido e a maturidade para adotar medidas de governo que entende como mais adequadas para o País. Não elimina, no entanto, as resistências internas, que se vêm manifestando de forma crescente após o simples anúncio de balões de ensaio e po-

dem dificultar as reformas estruturais. A sofisticada obra de engenharia política que levou o PT ao governo é suficiente para apostar no êxito, mas não para eliminar os riscos.

A melhor política social é o desenvolvimento sustentável, mas no curto prazo criar um colchão amortecedor é elemento-chave para o sucesso da estratégia de transição lenta e gradual para um novo modelo de desenvolvimento. É preciso responder aos anseios de mudança despertados durante a campanha; a intervenção social imediata também é necessária para conter pressões das bases sociais e a insatisfação em relação a uma política contrária à defendida pelas bases do PT. Neste campo, o primeiro round deixa a desejar: confundiu-se urgência das questões sociais com pressa, aquela que é inimiga da perfeição, do ótimo e até do bom. No lugar de tomar como base programas existentes e estudar como melhorá-los, postura mais consistente com a restrição de recursos fiscais, optou-se por improvisar o novo, cujo início foi comprometido pela pressa e vem gerando polêmicas até mesmo entre os aliados. Nada que não se possa consertar. As mudanças que vêm sendo introduzidas no Fome Zero são positivas e apontam o bom caminho da continuidade com mudança, e não do retrocesso com novo rótulo. Eficiência e foco serão chaves para o sucesso nessa área.

A aposta é alta e do seu sucesso dependemos todos. O êxito exigirá grande competência técnica de todo o governo, enorme habilidade política e uma boa dose de sorte.

■ Antônio Márcio Buainain é professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: buainain@eco.unicamp.br